

# Fazendeiros criam reservas de mata atlântica

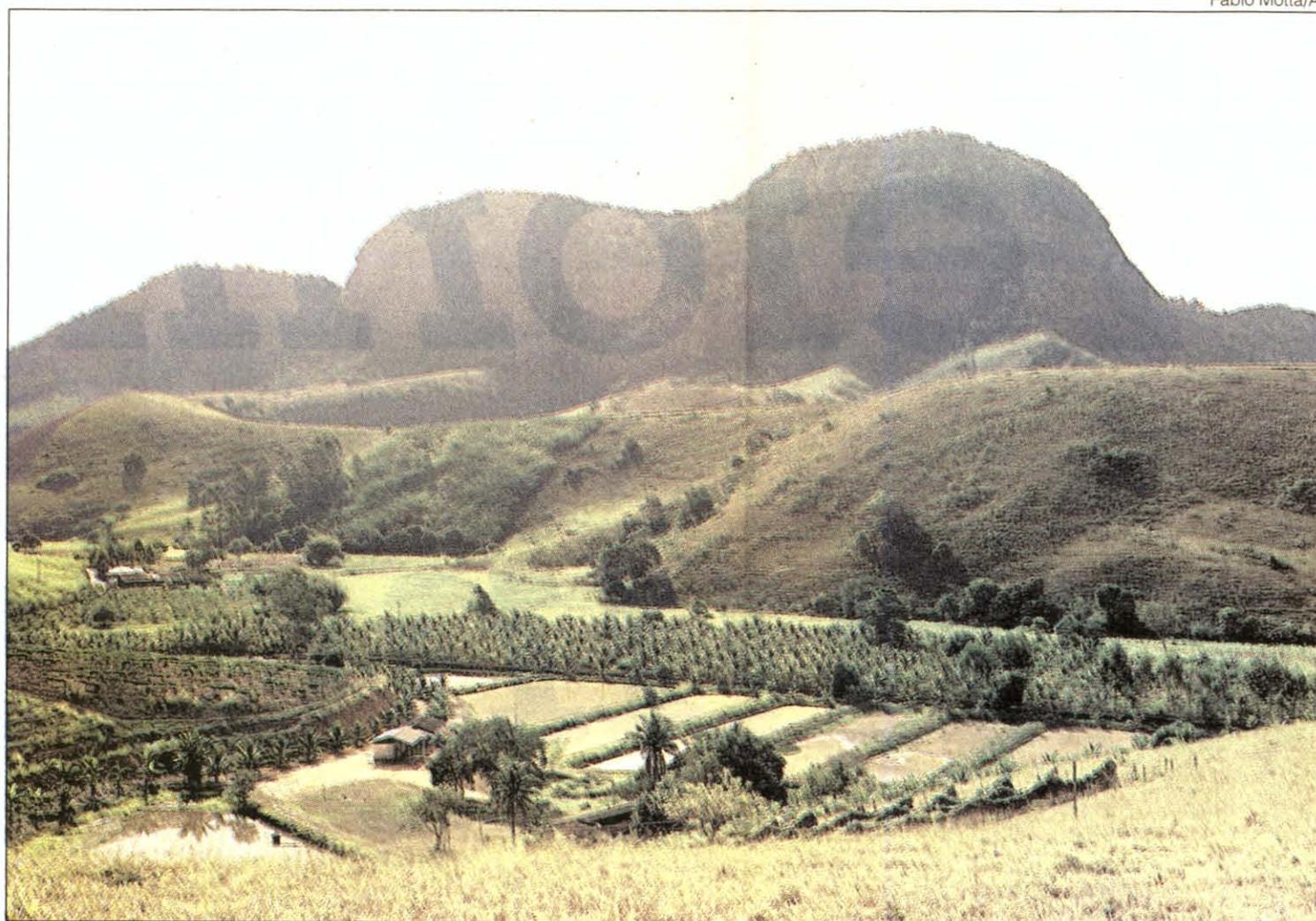
*Aumenta no Estado do Rio o número de proprietários que aderem a programa*

LUCIANA NUNES LEAL

**R**IO – Resta no Estado do Rio apenas 8% da área de mata atlântica que existia há 500 anos. Já foram 43 mil quilômetros quadrados, hoje são 3.440. E nada menos que 80% está nas mãos de proprietários particulares. Mas isso não precisa significar ameaça de devastação. Um movimento que se intensificou nos últimos três anos tem levado os donos de terras a transformarem parte da propriedade em reserva natural. Em 1994, apenas 5 donos de terra faziam parte do programa de preservação. Em 1997, eram 13. Este ano, já são 28.

O programa, com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), incentiva donos de terras com mata atlântica a criarem em suas propriedades as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs). Na prática, significa um compromisso permanente de não-desmatamento, que deve ser seguido para sempre por herdeiros ou qualquer outro dono da terra.

Uma vez transformado em RPPN, o trecho não pode ser transformado em área de agricultura, pastagem ou mesmo estrada. Em troca, os proprietários recebem isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) da área transformada em reserva, mais facilidade de crédito em instituições do governo e acompanhamento e proteção do Ministério do Meio Ambiente. A adesão ao programa depende de aprovação do ministério e passa a valer quando sai publicada no *Diário Oficial*. “A resistência dos pro-



Fazenda Santa Rosa, no norte fluminense, é uma das que adotaram programa de reflorestamento e preservação da mata no Estado

prietários foi diminuindo com o tempo, porque eles perceberam que transformar parte da propriedade em RPPN não é fazer voto de pobreza”, diz o proprietário Sérgio de Lima, que destinou 63 dos 254 hectares que possui no município de Rio Claro ao programa de RPPN.

Lima preside a Associação de RPPNs do Estado. “Ninguém faz isso para se livrar do ITR, até porque ele não é tão alto e há outras formas de redução do imposto”, diz ele. “É por idealismo, pelo interesse de ver a mata preservada, sem o risco de um outro dono no futuro vir a devastar.”

Segundo o gerente do Ibama no Rio, Dionísio Passamillio, a RPPN funciona como uma unidade de conservação federal, com a única diferença de que é particular. “Mas segue as mesmas regras e, para os donos, há a vantagem de ter uma área preservada que pode ser usada para educação ambiental, ecoturismo e outros meios”, diz Passamillio.

**Parceria** – O técnico sabe que, apesar dos esforços, as áreas de floresta no País ainda estão expostas a graves riscos de devastação, mas confia na adesão crescente dos proprietários aos programas de pre-

servação ambiental. Há três semanas, Dionísio foi obrigado a testemunhar mais uma cena de destruição da floresta, na Reserva Biológica de Poço das Antas, em Silva Jardim, onde o fogo destruiu 400 hectares de mata atlântica. O origem do incêndio será investigada pelo Ministério Público.

No noroeste do Rio, a Associação de RPPNs acaba de firmar uma parceria com o Instituto Pró-Natura, organização

não-governamental de estudo e preservação ambiental. A intenção das duas instituições é incentivar os proprietários da região a oficializarem suas terras como RPPNs. Muitos deles já fazem programas de preservação da área de mata atlântica e replantio de mudas da vegetação original, co-

**ACORDO É  
PERPÉTUO E  
DÁ ISENÇÃO  
DE IMPOSTO**

mo ipês e oitis. O Pró-Natura também treina alunos e professores das escolas dos arredores e organiza

mutirões de replantio. Na fazenda de Gilberto Alves Machado, o *Geninho*, em Santa Maria Madalena, já foram plantadas 3 mil mudas de vegetação original. *Geninho* usa quase toda a área como pastagem para a criação de gado, mas o que sobrou de floresta está sendo recuperado pelo próprio dono e os técnicos do Pró-Natura. “Em quatro anos, percebo que as nascentes de água já não diminuem, principalmente no inverno, que é época de seca”, diz. *Geninho* e alguns de seus vizinhos que optaram pela preservação no lugar do desmatamento são os futuros candidatos do programa de RPPN.

**Plantio** – O trabalho no Pró-Natura no noroeste fluminense faz parte de um amplo projeto, chamado Cordão de Mata, que pretende recuperar vários pontos isolados de vestígios de floresta, integrando-os em um cordão de vegetação original. “Quando chegamos aqui, íamos em busca dos moradores”, diz o gerente do centro de pesquisa do Pró-Natura em Conceição de Macabu, Luiz Bueno. “Hoje os produtores rurais nos procuram, querendo saber como preservar a mata.” Lá, são cultivadas as mudas, mais tarde transferidas para fazendas e sítios.

Nas terras do advogado José Laércio Paixão Fontes, que há cinco anos trocou a capital pelo Vale Santo Agostinho, também há cultivo de vegetação da floresta e já foram plantadas 10 mil mudas – o equivalente a 10% do ambicioso projeto de reflorestamento feito por Fontes e o Pró-Natura. O advogado também é dono do Hotel Carrapeta. Com o programa de replantio, ele atrai não só turistas, mas excursões de estudantes de várias escolas – que passam o dia na horta, na mata e nas trilhas da fazenda.

Fábio Motta/AE